

Descrição	2015	2014
Parcelamento – PGFN – Justiça Federal	279.649.809,48	255.073.320,68
Depósito Vinculado – Justiça Federal	(8.028.256,73)	-
<b>Total</b>	<b>271.621.552,75</b>	<b>255.073.320,68</b>
Curto Prazo	7.200.000,00	-
Longo Prazo	264.421.552,75	255.073.320,68

**NOTA 9 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIA.**

A Companhia é parte em diversos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e as provisões foram constituídas com base nas informações apresentadas pela Assessoria Jurídica da Companhia, levando em consideração as probabilidades de perdas existentes em cada ação. A Companhia acredita que os montantes de provisões constituídas são suficientes para cobrir as perdas prováveis e paralelamente foram efetuados depósitos judiciais para diversos processos, que serão recuperados somente no caso de julgamento favorável à Companhia.

As declarações de rendimentos, assim como os tributos e contribuições sociais, estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um prazo de cinco anos. Não se encontra lavrado contra a companhia nenhum auto de infração e nem indicação relacionada com os impostos federais. Em 31 de dezembro a posição dos depósitos judiciais e das provisões para ações cíveis e trabalhistas é seguinte:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão Para Contingências	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhista e Cível	5.238.466,79	3.793.397,30	45.307.617,82	45.596.028,01
Depósito Recursal	7.306.762,25	5.880.793,61	-	-
<b>Total</b>	<b>12.545.229,04</b>	<b>9.674.190,91</b>	<b>45.307.617,82</b>	<b>45.596.028,01</b>

a) As provisões trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por empregados da Companhia reclamando diferenças salariais e encargos trabalhistas.

b) As provisões cíveis relacionam-se a pedidos de indenizações em decorrências de ações por reclamações de danos causados a terceiros, desapropriações e pelo não pagamento a fornecedores.

**NOTA 10 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO.****a) Capital Social.**

No exercício de 2015 não houve integralização de capital. O capital social subscrito da companhia está composto de 1.800.000.000 ações (1.800.000.000 em 2014), sendo 1.706.355.811 ordinárias (1.706.355.811 em 2014) e 93.644.189 preferenciais (93.644.189 em 2014). O capital social subscrito permanece o mesmo no exercício de 2015. Ações Preferenciais não dão direito a votos, mas podem ser conversíveis em ações Ordinárias, com prioridade na percepção de dividendos mínimos de 6% a.a. e no reembolso de Capital, sem prêmio, no caso de liquidação da sociedade, e participam em igualdade de condições com as ações Ordinárias nas bonificações em novas ações da mesma classe, decorrentes da capitalização de lucros e reservas. O valor do capital social autorizado da Companhia e de R\$ 2.300.000.000,00, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 27 de abril de 2012. A composição acionária é a seguinte:

Acionistas	Número de Ações		Preferenciais
	Ordinárias	%	
Governo do Estado do Pará	1.705.979.629	99,98	93.644.189
Demais Acionistas	376.182	0,02	-
<b>Total</b>	<b>1.706.355.811</b>	<b>100,00</b>	<b>93.644.189</b>

Acionistas	%	Total	%
Governo do Estado do Pará	100,00	1.799.623.818	99,98
Demais Acionistas	-	376.182	0,02
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>1.800.000.000</b>	<b>100,00</b>

**b) Créditos para Aumento de Capital**

Os créditos para aumento de capital tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	2015	2014
<b>Saldo Inicial</b>	<b>566.429.570,85</b>	<b>402.196.235,41</b>
Recursos Recebidos do Governo do Estado	150.778.337,58	164.233.335,44
<b>Saldo Final</b>	<b>717.207.908,43</b>	<b>566.429.570,85</b>

**c) Reserva de Reavaliação**

Está sendo realizada anualmente mediante a depreciação apurada sobre os bens reavaliados. Em 2015 foi realizado o montante de R\$ 6.190.510,27 (R\$ 5.003.116,61 em 2014).

**NOTA 11 – RECEITAS OPERACIONAIS**

A composição das receitas operacionais, por natureza, é a seguinte

	2015	2014
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>204.972.674,16</b>	<b>211.386.516,79</b>
Receita de Serviço de Água	183.985.496,17	191.810.163,17
Receita de Serviço de Esgoto	17.916.586,24	16.755.313,84
Outros Serviços	3.070.591,75	2.821.039,78
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	<b>(24.043.528,02)</b>	<b>(28.850.035,26)</b>
COFINS	(15.212.087,81)	(14.375.847,23)
PASEP	(3.302.624,33)	(3.121.093,31)
Cancelamentos/Devoluções	(4.668.879,35)	(6.594.702,38)
Descontos Concedidos	(859.936,53)	(4.758.291,84)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>180.929.146,14</b>	<b>182.536.481,53</b>

**NOTA 12 – CUSTO DOS SERVIÇOS**

Os custos dos serviços apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro:

Descrição	2015	2014
Pessoal	(92.735.100,31)	(76.338.766,84)
Material	(1.502.751,62)	(1.393.738,18)
Energia Elétrica	(71.642.267,62)	(48.215.598,33)
Serviço de Terceiros	(35.779.001,63)	(32.801.254,82)
Depreciações e Amortizações	(42.093.370,31)	(38.272.365,20)
Outros Custos	(132.900,30)	(141.787,79)
Crédito PIS/COFINS	18.391.193,07	9.491.183,84
<b>Saldo Final</b>	<b>(225.494.198,72)</b>	<b>(187.672.327,32)</b>

**NOTA 13 – OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS.**

Em 31 de dezembro apresentam a seguinte composição:

Descrição	2015	2014
Reversão de Provisão Constituída – Questões Trabalhistas	1.690.701,54	24.669.655,45
Custo de Bens e Materiais Baixados	(414.747,10)	(1.659.338,08)
Outras Receitas	191.297,98	224.067,85
<b>Total</b>	<b>1.467.252,42</b>	<b>23.234.385,22</b>

**NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os métodos utilizados para cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foram os seguintes:

a) **Disponibilidades:** Os valores de depósitos bancários livres e vinculados, divulgados no balanço patrimonial da Companhia, estão com seus valores de mercado.

b) **Contas a Receber e Contas a Pagar:** Os valores divulgados no balanço patrimonial para as contas a receber e contas a pagar, aproximam-se dos seus valores de mercado, considerando as provisões constituídas e ausência de atualizações monetárias sobre as parcelas vencidas de contas a receber.

c) **Empréstimo em Moeda Estrangeira:** O valor do empréstimo em moeda estrangeira está atualizado pela variação cambial ocorrida até o encerramento do exercício e não incluem encargos futuros em seu saldo.

d) **Outras Contas:** Segundo nosso conhecimento e julgamento, nenhuma outra conta apresenta diferença relevante entre os valores registrados e seus valores prováveis de realização. Também não conhecemos nenhum fato relevante ou evento subsequente a esta data, que possa afetar significativamente os montantes registrados.

e) **Risco de crédito:** Grande parte da população do Estado do Pará é atendida pela Companhia. Considerando o ramo de atividade, não é efetuada nenhuma análise de crédito e em caso de inadimplência o serviço prestado é suspenso pelo critério de corte no fornecimento de água. O nível de perda na realização das contas a receber é considerado alto, entretanto a Companhia tem envidado esforços no sentido de redução da inadimplência através de diversas ações junto aos seus clientes.

**NOTA 15 – SEGURO.**

A companhia não possui apólice de seguro em vigência para os bens de sua propriedade.

LUCIANO LOPES DIAS Presidente	JOÃO HUGO BARRAL DE MIRANDA Diretoria de Mercado
ARLIANE CORREA DOS REIS Diretoria de Gestão de Pessoas e Logística	FERNANDO JOSÉ DA COSTA MARTINS Diretoria de Tecnologia e Expansão
ENEDINA ALICE FERREIRA NAHUM Diretoria Financeira	ANTONIO CARLOS CRISÓSTOMO FERNANDES Diretoria de Operações
JOÃO SIMÕES DE CARVALHO NETO Contador - CRC-PA-011257/0-1	

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Em cumprimento ao que determina o Estatuto da Companhia de Saneamento do Estado do Pará - COSANPA e em conformidade com a legislação vigente, apresentam à insigne Assembleia Geral, para apreciação e aprovação, parecer do Conselho Fiscal, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Após exame das Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015 com informações relativas à situação econômica, financeira e patrimonial a nós encaminhadas pela Diretoria da Companhia, constatamos as situações descritas em Ata de Reunião deste Conselho Fiscal, realizada em 10 de março de 2016, que merecem acompanhamento por parte da COSANPA. Assim sendo, os Membros do Conselho Fiscal, abaixo identificados, com base no Relatório contendo Balanços Patrimoniais, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa DFC, Demonstração do Valor Adicionado - DVA e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício de 2015 propõem a sua aprovação. Belém (PA), 10 de março de 2016.

MARIA CRISTINA MAUÉS DA COSTA Conselheira Titular	MARIA CELESTE QUEIROZ SOARES TEIXEIRA Conselheira Titular
ADELIA MARIA DA SILVA MACEDO Conselheira Titular - Presidente	

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2015.**

Ilmos. Srs. Diretores e Acionistas da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ - Belém - PA. Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis** - A administração da COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARÁ é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis** - 1) Os exames efetuados nos controles internos da companhia para os saldos do Ativo Não Circulante do Ativo Imobilizado (técnico em uso e de obras em andamento) e Ativo Intangível, indicam a necessidade de ajustes no processo de informação que alimentam os sistemas. Como consequência, não foi possível a aplicação de determinados procedimentos de auditoria que permitissem uma apreciação integral e adequada sobre os valores consignados nas respectivas rubricas e seus efeitos nas correspondentes contrapartidas de resultado, razão pela qual, deixamos de emitir opinião sobre os saldos dessas contas. 2) Conforme